

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Escravismo e Autoritarismo: o Brasil na História das Américas (do final do século XVIII ao início do século XX)

José Alberto Bandeira Ramos*

Resumo:

A presente Comunicação fornece alguns elementos para se discutir a hipótese historiográfica que afirma ser a formação social brasileira **um caso extremo de reacionarismo político** como trajetória histórica, quando comparada às demais trajetórias da História das Américas, identificadas em quatro grandes categorias, como a seguir enunciado:

- ❖ O Estado-nação norte-americano;
- ❖ O Mundo Caribenho;
- ❖ Os Estados nacionais hispano-americanos do Continente;
- ❖ O Estado-nação brasileiro.

Para isto o autor trabalhou com a abordagem historiográfica (dialético-marxista) adotada por C.L.R. James em sua obra clássica “Os Jacobinos Negros”—assumida nas duas últimas décadas do século XX por Robin Blackburn—e empreendeu uma reflexão sistemática sobre o acervo empírico da pesquisa de História Comparada da Escravidão nas Américas, realizada como trabalho de pós-doutoramento na USP/PROLAM entre 2004 e 2005.

Focalizando duas conjunturas de crise—a do escravismo colonial e a do escravismo pós-colonial—abrangendo, respectivamente, os sub-períodos de 1750/76__ 1850/65 e o de 1850/65__ 1888/98/1930, o trabalho identifica no escravismo moderno, prevalecente na História das Américas, bem assim nas heranças escravistas que dele decorrem, o fundamento comum do autoritarismo político que marca, de modo característico, a História das formações sociais americanas, entre as quais se destaca, como caso extremo, a trajetória do Estado-nação brasileiro.

Palavras-chave: Heranças Escravistas; Raço Autoritário; Reacionarismo Político; Ambigüidade Política; Lentidão de Ritmo Histórico.

Abstract

The present work provides some elements to discuss the historiographic hypothesis that states that the formation of Brazilian society is an **extreme case of political reactionarism** as historical trajectory, as compared to other trajectories in the History of Americas, identified in four main categories, as follows:

- The North-American nation-state.
- The Caribbean World.
- The national hispano-american states of the continent.
- The Brazilian nation-state

In order to achieve that, the author has used the historiographic approach (Marxist dialectical method) adopted by C. L. R. James in his classical work “Os Jacobinos Negros” [The Black Jacobins] – assumed in the last two decades of the 20th. century by Robin Blackburn – and has endeavored a systematic reflection on the empirical material of research from the Compared History of Slavery in Americas, completed as his post-doctorate work at USP/PROLAM between 2004 and 2005.

Emphasizing two conjunctures of crises – the colonial slavery and the post-colonial slavery ones – encompassing respectively the sub periods of 1750/76 to 1850/65 and 1850/65 to 1888/98/1930, this work identifies in the modern slavery prevailing in the History of Americas, as well as other consequences that emerge from it, the common foundation of the

* UFBA/UFRB - Pós Doutorado em História pela USP

political authoritarianism, in a very characteristic way, to the extreme, the trajectory of the Brazilian nation-state.

Key words: Legacies from Slavery, Authoritarian Legacy, Political Reactionarism, Political Ambiguity, Slowness of the Historical Pace.

Introdução

Sob o título geral proposto para o presente trabalho desenvolvem-se comentários que abarcam os aspectos a seguir enunciados:

- As Américas e suas diferenciadas periodizações históricas;
- Relações entre escravismo, heranças escravistas, e autoritarismo político na História das Américas;
- O Brasil como caso extremo de reacionarismo político na História das Américas;
- Considerações Conclusivas.

As Américas e suas diferenciadas periodizações históricas

Denominam-se no plural os Estados-nação constituídos no Continente Americano e região do Caribe em virtude de sua grande heterogeneidade quanto ao processo histórico de suas formações sociais.

É imperioso ressaltar que os comentários concernem ao período histórico pós-“descoberta” e conquista colonial, ficando de fora, declaradamente, o chamado período pré-Colombiano.

Em trabalho já publicado sob forma de artigo¹, este autor propôs uma periodização geral, sujeita a muitas variações nos limites dos seus respectivos três sub-períodos, como a seguir se coloca:

- ❖ O sub-período de formação das sociedades escravistas americanas, abrangendo o intervalo de cerca de dois séculos e meio, entre os marcos de 1.550 e 1.750/76;
- ❖ Dois sub-períodos de crise prolongada do escravismo: o primeiro, situado entre 1.750/76 e 1.850/65, correspondendo à grande conjuntura de derrocada do mercantilismo absolutista; da ampliação e consolidação de um mercado mundial(capitalista); e de irrupção das revoluções burguesas, na Europa e nas

¹ “Heranças Escravistas e Ambigüidade Política na América Latina” in Cadernos PROLAM/USP 7, Ano IV, vol.02,2005.

Américas, que ocorrem em paralelo com a intensificação do protesto de negros africanos escravizados, cujas revoltas, aquilombamentos e insurreições passam a inscrever-se, como traço principal, no âmago do processo da crise do escravismo colonial. É também este sub-período o de constituição dos diferentes Estados-nação que se formam nas Américas, como momento e consequência direta da retroreferida derrocada do mercantilismo absolutista e sua fiel criatura, o sistema colonial escravista americano;

- ❖ A segunda conjuntura de crise do escravismo, correspondente ao que se chamou de **terceiro sub-período**, situado entre 1.850/65 até às três primeiras décadas do século XX, assinala um terceiro momento da sub-periodização geral, marcado pelo que se chamou, junto com outros, Clóvis Moura, por exemplo, de crise final do escravismo. (MOURA, 1987). No desdobramento desta se dá o nascimento e/ou a consolidação dos Estados burgueses retardatários das Américas.

Relações entre escravismo, heranças escravistas, e autoritarismo político na História das Américas

Das heranças escravistas, deve-se aqui colocar em relevo a idéia central de que, por um lado, elas marcam a História das Américas com um traço comum inconfundível na História das formações sociais... e que lhe dão originalidade em meio à grande diversidade de formas estruturantes, denotadas em suas diferenciadas trajetórias históricas; por outro lado, elas se constituem no amálgama original do que este autor já denominou de ambigüidade política, caracterizado como fenômeno nodal da História da Américas. As diferenciadas manifestações concretas desta ambigüidade política, ao longo do tão diversificado território continental e antilhano das Américas, estão no próprio cerne do que aqui se está denominando de autoritarismo político.

Este autoritarismo político não é assim senão um fenômeno histórico geral que, em terras americanas (continente e ilhas caribenhas), assume feições originais que têm a ver, todas, em última análise, com o escravismo colonial e pós-colonial, prevalecente ao longo do período histórico aqui focalizado. (JAMES, 2000; BLACKBURN, 2002).

O Brasil como caso extremo de reacionarismo político na História das Américas

A História da formação social brasileira, já se sabe, marcada fundamente por cerca de 350 anos de escravismo, colonial e pós-colonial, assume foros de singularidade no conjunto diversificado da História das demais formações sociais americanas. Estas, hoje, têm, de um lado, os Estados Unidos da América, e de outro, os Estados nacionais latino-americanos, neste caso abrangendo o próprio Brasil e os diversos Estados nacionais de idioma espanhol, Caribe incluído.²

Como se pode caracterizar este caso extremo de reacionarismo político?

Trata-se da intuição de uma hipótese historiográfica que decorre da comparação entre as principais trajetórias históricas percorridas, no período considerado, tomando-se como divisor de águas os dois últimos sub-períodos — que correspondem a duas conjunturas distintas de crise do escravismo, a do escravismo colonial e a do escravismo pós-colonial.

Enunciam-se a seguir as quatro principais categorias de trajetória histórica, a saber:

- 1) O Estado-nação norte-americano: a Independência; a Guerra Civil; o Imperialismo;
- 2) O Mundo Caribenho: complexidade e contrastes;
- 3) Os Estados nacionais formados a partir da dissolução do Império espanhol no Continente americano;
- 4) O Estado-nação brasileiro: da crise colonial ao império escravista constitucional e neo-colonial, e deste, à república plutocrática pós-escravista.

No caso norte-americano, deve-se apontar para uma singularidade que pode ser vista como uma original ironia histórica, qual seja: primeiramente, a formação de um Estado cujo surgimento, em 1776, constituiu marco importante do processo geral de revolução burguesa no mundo ocidental, sob a inspiração ideológica dos ideais do Iluminismo, e organizado através de uma guerra aberta contra o Império marítimo britânico, somente alcançando reconhecimento formal em 1787; concomitantemente, este Estado-nação, ao proclamar treze anos antes do primeiro estampido da revolução francesa a afirmação dos ideais humanistas de liberdade, igualdade e fraternidade, foi também, e contrariamente a estes, um Estado que transigiu, na sua política interna e externa, com a pior face do autoritarismo, representada no caso pela continuidade das relações escravistas de produção em boa parte de seu território....

² Deixou-se de fora do presente trabalho o caso particularíssimo do Canadá.

Na segunda categoria de trajetórias históricas, aqui identificadas como o **Mundo Caribenho**, o que mais se impõe assinalar é o aspecto de complexidade que se mostra pelos contrastes que tais trajetórias evidenciam, quando estudadas sob uma visão comparativa. Primeiramente: é sem dúvida no território americano onde se localiza o chamado Mar das Caraíbas, abrangendo Ilhas e partes continentais, (neste último caso situadas no setentrião do Continente sul-americano), que ocorre com maior contundência a rivalidade entre as grandes potências marítimas européias... disto decorrendo, diretamente, uma importante diferença de trajetória histórica entre as formações sociais escravistas do Caribe e as demais formações sociais escravistas americanas. De tal rivalidade, no caso abrangendo principalmente a Inglaterra, a França, a Espanha e a Holanda, valeram-se os movimentos de revolta escrava, especialmente o da insurreição escrava da Ilha de Saint-Dominique... Mas esta mesma rivalidade também repercutiu negativamente, não só sobre os movimentos escravos, como sobre os demais movimentos sociais e políticos ocorridos no Caribe, imprimindo-lhes uma feição diferenciada quando se os compara com os seus congêneres do restante das Américas.

No que se refere ainda a contrastes entre trajetórias históricas, note-se a marcante diferença (de trajetória) entre a formação social escravista da Ilha de Cuba, por longo tempo área de domínio colonial espanhol e onde a abolição definitiva da escravidão ocorre mais tardiamente nas Américas, em 1898, e o escravismo colonial implantado pela França absolutista na Ilha de Saint-Dominique, atual Haiti. Neste caso se tem, inicialmente, a colônia açucareira escravista mais próspera das Américas, durante a primeira metade do século XVIII, contrastando com o que ocorre, em seguida, no período de 1791 a 1804, quando se desenvolve o processo mais rico e mais intenso de revolta escrava, este que culmina com uma insurreição vitoriosa, única nas Américas, e de que resulta a implantação de uma república negra que se declara aliada do Estado republicano da França revolucionária pós-derrocada da monarquia absolutista...

Trata-se em verdade de um processo que se inicia bem antes de 1791 e que avança pelo menos até 1815, mas que sem dúvida é único nas Américas, e não somente pelo aspecto já referido. Asinale-se, por exemplo, que este é um período em que, no mundo ocidental, o processo da revolução burguesa passa por um auge, tanto na Europa, caso da França, quanto nas Américas, sendo neste caso o Haiti justamente o seu epicentro. (JAMES, 2000; BLACKBURN, 2002).

Passe-se agora a discorrer, sumariamente, sobre o que neste trabalho se está chamando de **Estados nacionais formados a partir da dissolução do Império espanhol no Continente americano.**

Nesta terceira grande categoria de trajetória histórica deve-se apontar, inicialmente, a circunstância fundamental de lidar-se com um processo de formação de Estados nacionais em que, ao contrário do caso norte-americano, e mesmo os do mundo caribenho, as lutas por Independência, embora sangrentas, enfrentaram um poder metropolitano já fortemente debilitado na Europa, a Coroa espanhola; esta que, no esforço de preservar suas conquistas frente a competidores mais fortes (no caso, Inglaterra e França), vinha desenvolvendo uma política de modernização cujo principal resultado implicava, todavia, num agravamento das condições da exploração colonial. (DONGHI,1985).

Mas há um aspecto que também diferencia o caso dos Estados nacionais formados a partir da dissolução do Império espanhol no Continente americano e que possui uma importância especial para o presente estudo comparativo, a saber: um elemento comum do processo formativo desses Estados-nação que é a presença dos ideais iluministas, sobretudo os de liberdade e igualdade jurídica, em todos os movimentos pela Independência na luta contra o jugo da Coroa espanhola. Mas, diferentemente do caso da Independência norte-americana, a influência de tais ideais não foi tão forte a ponto de propiciar um Estado republicano pleno. Ao contrário, ao cabo das lutas pela Independência, formaram-se Estados republicanos marcados pela presença dominante e estruturante de oligarquias militares, apoiadas na figura de um chefe com forte liderança carismática, num fenômeno que se veio a denominar de **caudilhismo.**

No caso brasileiro, deve-se assinalar o fato marcante de que o Estado colonial se organiza anterior e independentemente da presença de uma Nação. O projeto original, pretendido pela Coroa portuguesa com a fundação da cidade do Salvador, em 1549, como sede de um futuro império transatlântico, perdeu-se aos poucos, como resultado do próprio enfraquecimento de Portugal como monarquia absolutista metropolitana em face das suas congêneres européias.

Escapa ao propósito deste trabalho sumariar que seja o percurso histórico da formação social brasileira, mas é indispensável, todavia, assinalar as principais diferenças, localizadas com mais clareza a partir do sub-período de crise (prolongada) do escravismo colonial, sobretudo desde as três últimas décadas do século XVIII.

No processo de crise colonial, embora a derrocada da monarquia espanhola tenha sido mais lenta do que a portuguesa, as suas conseqüências foram todavia mais agudas no mundo hispano-americano. Daí a radicalidade maior dos seus respectivos movimentos de Independência nacional. (DONGHI, 1985).

Já os de Independência nacional na América portuguesa caracterizaram-se por sua essência indiscutivelmente conservadora. Com efeito, sua ocorrência remonta à primeira década do século XIX, quando o Estado na Colônia, ainda enquanto tal, tornou-se mais importante, econômica e politicamente, do que o Estado absolutista metropolitano de Portugal, tornado já então satélite do Império britânico. Em 1808, com a transmigração da Família Real portuguesa, por conta do “bloqueio continental” napoleônico, e a subsequente política de abertura dos portos ao comércio internacional, ocorre na prática a derrubada do estatuto colonial. (RODRIGUES, 1976).

Entre 1808 e 1822, consolida-se um projeto conservador de construção de um Estado monárquico e escravista, politicamente independente da Coroa portuguesa, mas estreitamente a ela ligado, por laços comerciais concernentes à continuidade da empresa do tráfico transatlântico de escravos africanos, e pela comum dependência aos ditames da potência marítima-industrial da Inglaterra. O chamado “grito do Ipiranga”, em 1822, e a vitória militar contra uma guarnição recalcitrante na Bahia, em 1823, (neste último caso resultante de uma luta armada organizada e liderada por senhores de Engenho, com mobilização de escravos sob convocação), completaram tal projeto. E tudo sob a proteção da Real Armada britânica. (RODRIGUES, 1976; RAMOS, 2005).

Neste intervalo, quando na América continental hispânica têm curso as guerras de Independência, ocorre no atual Nordeste, em 1817, com a chamada “revolução pernambucana”, um movimento social relevante, na Colônia portuguesa continental. Concebido sob inspiração libertária radical e tendo mobilizado muitas camadas sociais, populares e intelectuais, atingindo inclusive a Província da Bahia, ele foi militarmente esmagado, com seus líderes presos e condenados, muitos liquidados sumariamente. Na verdade, os anseios libertários da Colônia, igualmente inspirados nos ideais iluministas, já haviam sido esboçados várias décadas antes, na Bahia também, precisamente nos anos de 1798 e 1799, sob a forma de uma importante conspiração, abortada no nascedouro, mais conhecida como “revolução dos alfaiates”.

O auge do império escravista brasileiro, ocorrido no intervalo de 1850/1870, é marcado pela ampliação das lavouras de café, que se estenderam da Província do Rio de

Janeiro, no vale do Paraíba, até à Província de São Paulo, desde este mesmo vale até à região de Campinas, espreado-se daí para o noroeste. É quando as relações escravistas ganham novo vigor, já agora apoiadas em correntes internas de tráfico interprovincial de escravos, trazidos maciçamente da Bahia e de todo o Nordeste, na esteira do arrefecimento do tráfico transatlântico, objeto de proibição legal a partir de 1850. Mas é quando também, no rescaldo da vitória de Pirro alcançada pelo império brasileiro sobre a república do Paraguai—onde pereceram centenas de milhares de escravos negros, mobilizados sob a promessa de alforria—que se inicia a segunda e definitiva crise final do escravismo, no então baluarte continental deste sistema, agora que, após 1865, caíra no Norte, com o encerramento da Guerra de Secessão, o sistema escravista pós-colonial mais estável das Américas. Restava, agora, apenas a Ilha de Cuba, no Caribe, retardatária colônia espanhola. (VIOTTI DA COSTA, 1989; BLACKBURN, 2002).

A decadência do império escravista brasileiro, de 1871 em diante, é marcada por uma crescente turbulência social, com o espargir do movimento abolicionista “pari passu” à ampliação da revolta escrava, esta que passa a ganhar, a partir da década de 80, uma escala nunca antes alcançada na crise do escravismo colonial, com o seu ciclo de levantes escravos, ocorridos estes sobretudo na Bahia, nas três primeiras décadas do século XIX. Mas não só aumento de escala: ampliam-se principalmente o apoio e a simpatia de expressivas camadas da população urbana. (MOURA, 1987).

No desfecho da crise final do escravismo, dado que os segmentos dominantes, especialmente os donos do negócio cafeeiro, permaneciam à frente do aparelho de Estado, e com toda a iniciativa política, não foi difícil o envolverem-se na onda abolicionista e republicana... e assumirem a liderança desta. Assim, tanto na Abolição da escravatura, em maio de 1888, ainda sob o governo imperial, como no episódio do 15 de novembro de 1889, neste caso um golpe de mão perpetrado por um grupo de oficiais superiores do Exército, prevaleceu uma solução de compromisso, cujo resultado é aqui denominado de **república plutocrática pós-escravista**, mantendo-se a continuidade do bloco de poder, agora sob a liderança de um industrialismo patrimonialista e imigrantista, mas apoiando-se sempre no monopólio da propriedade fundiária, instituição fundamental da sociedade pós-escravista. (VIOTTI DA COSTA, 1989).

Neste ponto impõe-se acrescentar que tal desfecho conservador da crise da monarquia escravocrata, ao consolidar uma herança escravista fundamental, que este autor denominou de **ranço autoritário**, pode e deve ser encarado, analiticamente, por contraste com as demais

categorias de trajetória histórica, como um componente significativo do que neste trabalho se está defendendo: **o Brasil como caso extremo, na História das Américas, de reacionarismo político**. Aqui, mais do que em qualquer parte das Américas, incluída a Cuba colonial com escravismo retardatário, todas as correntes liberais e progressistas, desde as mais radicais (por exemplo, a corrente dos “cometas” e “caifazes”, no movimento abolicionista) até às mais moderadas, aquelas que conciliaram com o escravismo, foram sistemática e inapelavelmente derrotadas. E com todas as honras militares! Isto apesar do lirismo heróico de algumas figuras militantes dessas correntes mais radicais...

Tal esquema de poder, aqui caracterizado como de natureza plutocrática e pós-escravista, cada vez mais vai se sustentando apenas pela força das armas, à medida em que novos protagonistas surgiam em cena, com o operariado industrial à frente, permanecendo como tal durante toda a chamada primeira república, até 1930, quando ocorre nova mudança política, que se veio a chamar de “revolução liberal”. Um novo pacto de poder tem início então, mais complexo, cuja análise escapa ao presente trabalho—mas implicando, uma vez mais, em solução de compromisso, de caráter basicamente conservador e modernizante apenas da estrutura produtiva.

Considerações Conclusivas

A elaboração do presente trabalho, um desenvolvimento dos resultados da pesquisa empreendida no PROLAM/USP em 2004/2005, norteou-se, em matéria de método e orientação historiográfica, por uma revisitação da obra “**Os Jacobinos Negros**”, de C.L.R. James, como se sabe, publicada originalmente em inglês, em 1938.

Trata-se, no caso, de opção pela abordagem historiográfica que postula a principalidade da dimensão mundial do mercado capitalista e da correspondente análise das inter-relações entre os processos de revolução burguesa na Europa e nas Américas, permitindo assim visualizarem-se os impactos mútuos da chamada revolução francesa, da insurreição escrava, em geral nas Américas e em particular na ex-colônia francesa de Saint-Dominique, no Caribe. Opção que obriga, da mesma forma, a visualizar também as complexas relações de poder implicadas no tráfico transatlântico de escravos africanos, no abolicionismo, bem como em todo o espectro de idéias e movimentos liberais nas Américas, e em especial, as limitações histórico-políticas, de natureza estrutural, dessas idéias e movimentos em face do **perigo negro-escravo**.

No decurso da análise, já se teve oportunidade de ressaltar a importância heurística das categorias **ambigüidade política** e **ranço autoritário** no processo comparativo realizado, e especificamente, na fundamentação da hipótese historiográfica aqui defendida, consubstanciada na afirmação de constituir a formação social brasileira um **caso extremo de reacionarismo político** entre as diversas trajetórias históricas identificadas.

Falta agora a menção a outra dessas categorias heurísticas, de certo modo já referida implicitamente: é a que este autor denomina de **lentidão de ritmo histórico**, como característica inerente à formação social brasileira, máxime nas duas conjunturas de crise focalizadas, a do escravismo colonial — que resultou na constituição da monarquia escravista neo-colonial — e a do escravismo tardio, ou pós-colonial, que desembocou, em seu desfecho, na implantação, via golpe militar, da república plutocrática pós-escravista.

Referências Bibliográficas

BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial: 1776-1848**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Record, 2002.

DONGHI, Tulio Halperin. **Reforma y Dissolución de los Imperios Ibéricos: 1750/1850**. Madrid: Alianza, 1985. (Colección História de América Latina, v. 3).

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

MOURA, Clóvis. “Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio”. In **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, 1987. Edição especial.

RAMOS, José Alberto Bandeira. **A Especificidade da Insurgência Escrava da Bahia entre 1789-1835**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História/USP, 2 vols, 1998.

_____. “Heranças Escravistas e Ambigüidade Política na América Latina”. In **Cadernos PROLAM/USP 7**, Ano IV, vol.02, 2005.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-revolução**. São Paulo: EDUSP, 1976. v. 4.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1989.